

**Chegou a  
solução para o  
seu município  
crescer.**

# Procidades

**Programa Bandes de Investimento  
nos Municípios do Espírito Santo**



**bandes**

# Índice

1

Sobre o Procidades

2

Linha de financiamento

3

Etapas do financiamento

4

Documentos exigidos pela STN

5

Análise cadastral e de projetos

6

Solicite seu crédito



*Imagem livre*

## Sobre o Procidades

O Bandes, em parceria com o Governo do Estado, desenvolveu o Programa Bandes de Investimento nos Municípios do Espírito Santo (Procidades), para oferecer crédito específico às prefeituras capixabas, com os seguintes objetivos principais: melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento regional sustentável, inclusão social, geração de emprego e renda.

E para isso, o Bandes, como promotor do desenvolvimento do Estado, oferece vantagens como carência, prazo de amortização estendido, taxas de juros competitivas e ainda a possibilidade de financiar investimentos realizados até seis meses anteriores ao protocolo no Bandes.

### **O que pode ser financiado?**

Com o crédito, as prefeituras podem financiar, entre outros itens: obras públicas como construção e reforma de creches, escolas, praças, postos de saúde, parques, centros de atendimento; pavimentação e recuperação de vias urbanas; compra de máquinas e equipamentos; tecnologias de informação; veículos destinados às funções operacionais relacionadas à defesa civil, à segurança pública, aos serviços sociais básicos e ao controle e à fiscalização e; projetos de eficiência energética.

**Vamos conhecer um pouco mais sobre o programa que vai trazer qualidade de vida para os cidadãos capixabas?**

# Linha de financiamento

**Objetivo:** financiar investimentos e modernização da gestão pública dos municípios capixabas.

**Beneficiários:** o Procidades é destinado aos 78 municípios do Espírito Santo.

## Itens Financiáveis:



**Obras (construção, ampliação e reforma) de aparelhos públicos, pavimentação ou recuperação de vias urbanas e estradas vicinais, saneamento, drenagem, etc.;**



**Máquinas e equipamentos novos;**



**Tecnologias de Informação novas;**



**Veículos novos para funções operacionais do Poder Executivo;**



**Elaboração de cadastro multifinalitário, recadastramento mobiliário, imobiliário e digitalização de documentos fiscais;**



**Criação de estrutura para atendimento especializado a pessoas jurídicas;**



**Capacitação técnica e gerencial de servidores públicos;**



**Projetos de eficiência energética;**



**Projetos de destinação de resíduos sólidos;**



**Outros investimentos caracterizados como despesas de capital.**

### Condições de financiamento:

Valor máximo financiável: R\$ 5 milhões<sup>(1)</sup>

Carência: até 12 meses

Amortização: até 72 meses

Prazo total: até 72 meses

Juros: 4,5% a 8% ao ano + SELIC<sup>(2)</sup>

Participação sobre itens financiáveis: Até 100%

## Garantias:

Vinculação de recursos da quota-parte do município no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e/ou recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

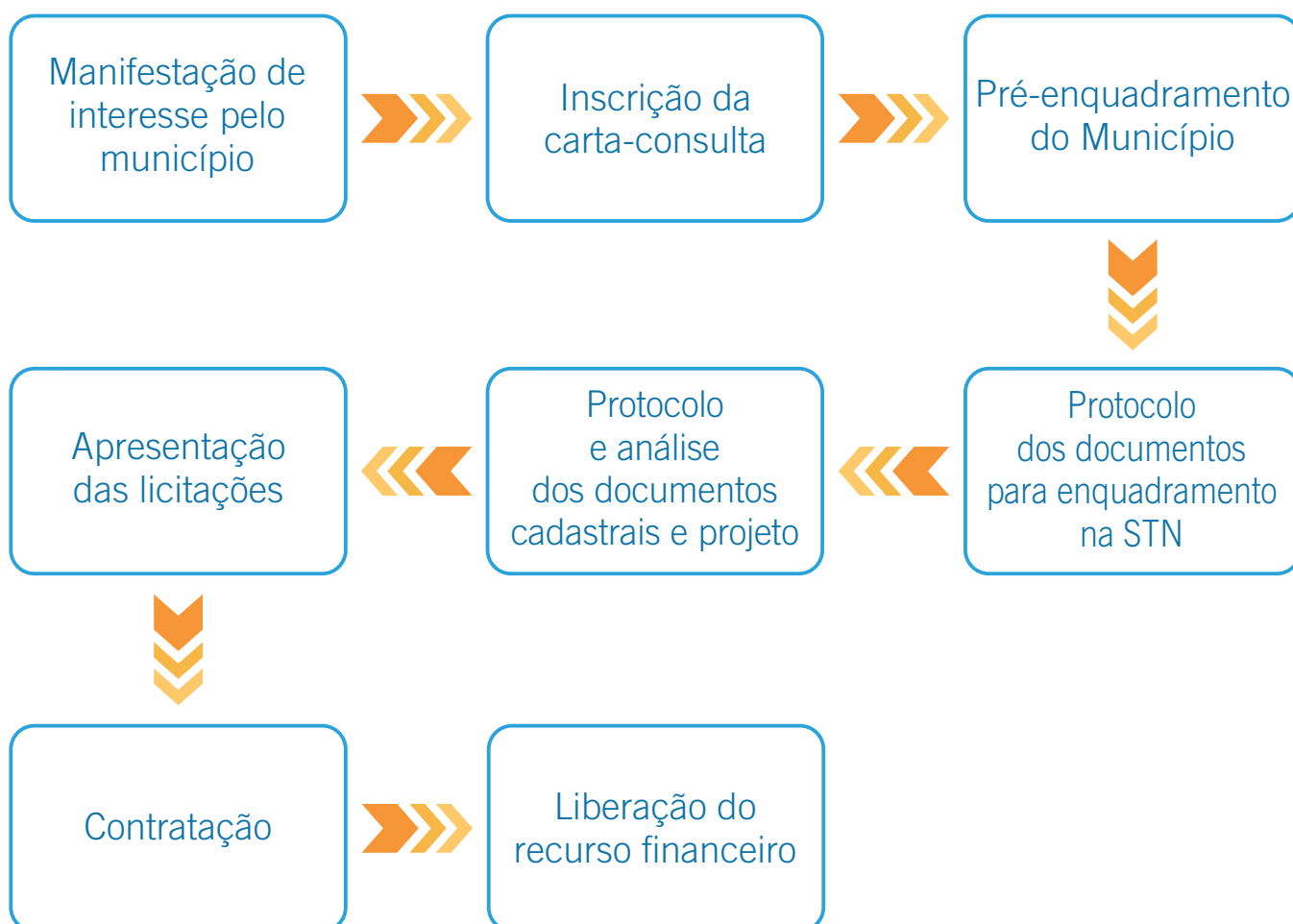
<sup>(1)</sup> Valor máximo financiável: mediante enquadramento e disponibilidade de recursos.

<sup>(2)</sup> Juros: segmentado de acordo com o perfil de investimento.

# Etapas do financiamento

O primeiro passo para a contratação dos recursos é a inscrição no programa por meio do envio da carta-consulta, que poderá ser obtida no endereço eletrônico [www.bandes.com/procidades](http://www.bandes.com/procidades)

Abaixo, tem-se fluxo simplificado das etapas do financiamento:



### **Etapa 1: Inscrição da carta-consulta**

Na página do Procidades no site do Bandes, o representante do município pode fazer o *download* do arquivo carta-consulta e preenchê-lo.

A carta-consulta é o documento que indicará o valor do pleito, os investimentos que serão financiados, além de informar os dados do município, do representante legal e da pessoa autorizada a tratar do pleito junto à instituição financeira.

Depois de assinado pelo prefeito, o documento deve ser enviado pelo endereço de e-mail [procidades@bandes.com.br](mailto:procidades@bandes.com.br)

### **Etapa 2: Pré-enquadramento do Município**

Nesta etapa, o Bandes faz uma consulta prévia aos relatórios contábeis homologados no SICONFI e do histórico de operações (caso o município já tenha feito algum financiamento). Também é feita uma análise prévia da capacidade de endividamento da prefeitura e a verificação do enquadramento do objeto do financiamento conforme linha do Bandes.

### **Etapa 3: Documentos para enquadramento na STN**

O município deve encaminhar ao Bandes a documentação necessária para o Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL), nos termos do art. 32 da LRF e da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, conforme exigência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As informações e os documentos exigidos para a verificação dos requisitos prévios à contratação são enviados para análise da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ou da própria Instituição Financeira, a depender do valor do pleito e demais critérios estabelecidos em lei, por meio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM). Caso o município se enquadre nos limites e condições legais, receberá comunicação informando o deferimento do pedido.





*Imagem livre*

#### **Etapa 4: Análise de documentos cadastrais e projeto**

Aqui é realizada a análise cadastral e de projeto pela equipe técnica do banco. Caso haja necessidade de ajustes, serão prestadas orientações necessárias a correção. Após análise, a Gerência de Análise de Crédito do Bandes elabora um relatório e submete às alçadas de aprovação.

#### **Etapa 5: Apresentação das Licitações**

O município deverá concluir o processo licitatório em conformidade a Lei de Licitações 8.666 e enviá-lo ao banco.

#### **Etapa 6: Contratação**

Após envio de toda documentação do processo licitatório, a contratação entre Bandes e prefeitura é formalizada, com o valor da licitação balizando o valor do contrato.

#### **Etapa 7: Liberação do recurso financeiro**

Cumpridos todos os requisitos, a primeira liberação do recurso financeiro é repassado pelo Bandes aos cofres municipais.

# Documentos exigidos pela STN

Para a efetivação da operação de crédito, o ente federativo deve seguir as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabelece documentos e informações necessárias aos pedidos de verificação de limites e condições, com o objetivo final de averiguar o cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e das Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 2001.

## **Documentos e comprovações para análise do Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)\***

- Lei Autorizativa para contratação de operação de crédito;
- Parecer do Órgão Técnico;
- Parecer do Órgão Jurídico;
- Anexo 01 da LOA, assinado pelo Prefeito Municipal. Necessário o envio somente até 30/03 do exercício atual (exigível até a publicação do RREO do 1º bimestre do ano em curso);
- Lei e Decreto de abertura de crédito adicional (suplementar ou especial), se não houver previsão da operação de crédito pleiteada na LOA;
- Certidão do Tribunal de Contas do Espírito Santo para operação de crédito;
- Verificação por meio do SICONFI ([siconfi.tesouro.gov.br](http://siconfi.tesouro.gov.br)) e do CAUC ([sti.tesouro.gov.br/cauc](http://sti.tesouro.gov.br/cauc)) da comprovação de encaminhamento por parte dos entes da Federação, de suas contas ao Poder Executivo da União e do Estado;
- Homologação no SICONFI dos relatórios contábeis (RREO, RGF e Balanço anual) referentes ao exercício anterior e em curso;
- Homologação no SADIPEM das dívidas públicas do exercício anterior;
- Quadro de dívidas;
- Quadro de despesas com pessoal.

\* Poderão ser solicitados documentos adicionais considerados necessários à análise dos pleitos.



### Documentos exigidos:

- Ficha cadastral assinada por meio de assinatura digital ou com firma reconhecida do representante legal da prefeitura;
- Cartão CNPJ do município;
- Comprovação de regularidade mediante apresentação de:
  - ♦ Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - ♦ Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Pública Estadual;
  - ♦ Certificado de Regularidade do FGTS;
  - ♦ Certificado de Regularidade Previdenciária.
- Roteiro de projeto assinado pelo representante legal da Prefeitura e secretarias responsáveis pela coordenação dos investimentos do projeto.



Imagem livre

# Solicite seu crédito

Agora que você tem as informações básicas, já pode procurar o Banesa e solicitar o financiamento.

Para saber mais, acesse nosso site ([www.banesa.com.br](http://www.banesa.com.br)) e escolha a categoria “Crédito para Municípios” ou acesse diretamente o link **[www.banesa.com.br/procidades](http://www.banesa.com.br/procidades)**.

Em caso de dúvidas, mande um e-mail para [procidades@banesa.com.br](mailto:procidades@banesa.com.br)



Imagem livre

Para saber mais sobre nossas soluções:  
[www.bandes.com.br/procidades](http://www.bandes.com.br/procidades)  
[procidades@bandes.com.br](mailto:procidades@bandes.com.br)  
(27) 3331-4318 / (27) 99690-0093

 /bandesonline •  @bandes\_es